

## Energia velha

### DÚVIDAS SOBRE A PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

Rogério L. Furquim Werneck\*

Há poucas semanas, o Ministério de Minas e Energia publicou proposta de reestruturação do setor elétrico. A leitura do documento enseja reflexões importantes acerca das premissas que norteiam o rearranjo que vem sendo contemplado.

Não chega a ser surpreendente a inclinação da proposta por um redesenho que reverte o movimento de paulatina redução da presença do Estado no setor, esboçado nos últimos anos. O PT nunca escondeu suas resistências ao encolhimento do governo nessa área. E, mesmo fora do PT, visões mais idílicas das possibilidades de redução do papel do Estado no setor já vinham sendo refreadas. Que o pêndulo agora iria pender para o outro lado era mais do que previsível. O que ainda é difícil antever é que formato preciso terá a ampliação do papel do Estado. Mas será lamentável se o debate em torno disso impedir a percepção clara de que -- qualquer que seja a importância que venha a ser atribuída ao Estado no novo modelo do setor -- há certos princípios econômicos básicos que não podem ser perdidos de vista. É esse o sentido da reflexão que se faz necessária.

Há um lado do setor que, em qualquer arranjo, sempre será fundamentalmente privado. O lado da demanda de energia, composto por dezenas de milhões de consumidores residenciais, comerciais e industriais. O ideal seria que cada um deles, ao decidir quanto usar de eletricidade, tivesse a exata noção de quanto custa à economia, a longo prazo, tornar disponível uma unidade a mais de energia. É em torno desse custo que o preço da energia deveria oscilar. Num quadro de excesso de oferta de eletricidade, como o que agora se observa no País, é natural que o preço fique por algum tempo abaixo desse referencial. Mas se ficar sempre abaixo, haverá incentivo indevido ao consumo de energia. O que significará ter de aumentar, também indevidamente, o já vultoso esforço de investimento requerido para assegurar a ampliação da capacidade instalada do sistema ao longo do tempo.

A proposta, contudo, explicita como premissa fundamental, na concepção do novo modelo, que o preço possa ser mantido *permanentemente* em nível bem mais baixo do que custa à economia, a longo prazo, tornar disponível uma unidade adicional de energia. Argúi-se que, se as tarifas passarem repentinamente a refletir tal custo, o País seria exposto a uma “explosão tarifária”. A preocupação é mais do que defensável. Mas deve ser vista apenas como argumento para que a transição para uma política tarifária realista seja tão gradual quanto possível, e distribuída por vários anos. Não é de forma alguma justificativa para se manter *para sempre* tarifas artificialmente baixas. Por outro lado, pode estar sendo sobrestimada a real proporção do ajuste requerido para que as tarifas venham a refletir o custo de se tornar disponível, a longo

prazo, uma unidade adicional de energia. Num cenário relativamente otimista, é possível vislumbrar queda substancial do custo de capital da economia brasileira nos próximos anos, o que certamente reduziria em muito os custos de se adicionar capacidade ao setor.

A proposta baseia-se na idéia de que grande parte da geração de eletricidade no País é feita a custos muito baixos, em usinas construídas há várias décadas. Por serem “usinas já amortizadas”, seu custo de capital seria zero ou próximo de zero. Simplificadamente, o que se sugere na proposta é um processo peculiar de formação de preços no setor, que daria lugar a uma tarifa única que seria a média ponderada dos custos de produção das diversas usinas. O peso da “energia velha” nessa ponderação manteria a média relativamente baixa.

O grande problema é que a presunção de que a “energia velha” é muito mais barata porque é gerada por “usinas já amortizadas” baseia-se num raciocínio meramente contábil. Que não faz sentido econômico. Se amanhã o governo decidir vender a usina de Furnas, construída há mais de 40 anos, mas ainda perfeitamente capaz de produzir energia por muito tempo, é possível que logo descubra que pode obter por ela alguns bilhões de reais. É bem verdade que o governo não tem a menor intenção de vendê-la. Mas manter em mente essa alternativa ajuda a deixar as coisas mais claras. O governo pode perfeitamente decidir que vai continuar controlando boa parte do parque gerador de energia elétrica do País. E pode até ter boas razões para isso. O que não pode é presumir que o custo de capital dos bilhões empatados pelo setor público nessas usinas seja zero. Na verdade, o custo de oportunidade de manter tais ativos é bastante alto. Basta olhar para o outro lado do balanço do setor público e verificar que o proprietário das usinas velhas deve 55% do PIB e anda pagando juros nada módicos.

É claro que o governo pode preferir fechar os olhos. (Tal como um avô rico quando ouve o neto explicar que a nova loja que abriu no *shopping* tem tudo para dar certo, já que nem aluguel paga, uma vez que se trata de imóvel que há muitos anos pertence ao avô.) Se o governo permitir o faz-de-conta que o custo de capital das usinas velhas é zero, não há dúvida de que surgiria uma aparente “sobra” de recursos. E espaço para ampla distribuição de benesses. Na verdade, já há fila de candidatos a acesso prioritário a energia barata. Mas tudo não passaria de um programa de subsídio, viabilizado pela não remuneração do capital do setor público aplicado no setor elétrico.

Seria muito mais defensável levar devidamente em conta o custo de capital da “energia velha” e canalizar os recursos gerados, pela cobrança de tarifas mais realistas, para o financiamento do esforço de investimento que será requerido no setor elétrico. A bem da verdade, a proposta chega até a mencionar, *en passant*, a possibilidade de se destinar parte da aparente “sobra” de recursos propiciada pela “energia velha” à constituição de um fundo para a expansão do sistema. Mas é a idéia equivocada de assegurar tarifas baixas com base nessa “sobra” que de fato domina a proposta.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.